



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

23
B

242

SEGUNDO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Embargos de Declaração nº 182.373-2/02 – Recife

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: Maria Cláudia Junqueira

Embargado: Agripino Félix de Araújo Neto e outros

Advogado: Ana Patrícia Vieira de Almeida

Relator: Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos

5522

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PEDIDO DE PRÉ-QUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. DESNECESSIDADE. CONCURSO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR. CURSO DE FORMAÇÃO. LIMITE DE IDADE PARA INGRESSO NA CARREIRA. RECURSO IMPROVIDO POR UNANIMIDADE.

1. Na verdade, percebo que o Embargante almeja a rediscussão da matéria de fundo, já julgada de forma inequívoca. Entretanto, essa pretensão não se coaduna com a natureza e função dos embargos declaratórios, cabendo à parte valer-se do instrumento adequado para tanto.

2. A matéria já foi decidida e suficientemente fundamentada, de modo que não configurada qualquer das hipóteses descritas no art. 535 do CPC, é inviável a pretensão de pré-questionamento, ainda mais explícito.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

30
P

242/A

Embargos de Declaração nº 182.373-2/02

3. "Tem-se como preenchido o requisito do pré-questionamento para fins de abertura da via especial ou extraordinária, quando a matéria controvertida for debatida e apreciada pelo Órgão Julgador, não sendo necessário, em sede de embargos de declaração, que o Órgão Julgador seja obrigado a explicar enumeradamente quanto a cada dispositivo legal indicado pelo embargante para o fim de prequestionar". (ED nº 168891-3/02, Rel. Desembargador FERNANDO CERQUEIRA, 7ª Câmara Cível, julgado em 12.05.2009)

4. Embargos Improvidos. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 182.373-2/02, em que é Embargante **Estado de Pernambuco**, e, Embargados, **Agripino Félix de Araújo Neto e outros**. **ACORDAM** os Desembargadores que compõem o 2º Grupo de Câmaras Cíveis, em conhecer do recurso para **NEGAR** provimento ao mesmo, unanimemente, tudo de acordo com o voto, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado.

Recife

03/02/2010

Des. Tenório dos Santos

Relator

2.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

31

242/B.

SEGUNDO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Embargos de Declaração nº 182.373-2/02 -- Recife

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: Maria Cláudia Junqueira

Embargado: Agripino Félix de Araújo Neto e outros

Advogado: Ana Patrícia Vieira de Almeida

Relator: Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração com fulcro no art. 535, incisos I e II, do CPC, sob o argumento da existência de omissões e contradições no julgamento proferido por este Grupo de Câmaras Cíveis no Mandado de Segurança em apenso, que concedeu a segurança aos embargados e possibilitou a participação dos mesmos no Curso de Formação de Soldados e Bombeiros da PMPE.

O embargante afirma a necessidade de pré-questionamento explícito das questões relacionadas sob pena de ofensa ao art. 535, do CPC e as súmulas 282 e 356 do STF, bem como que o acórdão recorrido foi omissivo porque não se manifestou explicitamente sobre a aplicação do artigo 42, §1º e artigo 142, §3º, X, ambos da CF/88.

Aduz ainda que houve contradição no julgado no sentido de que o embargado superou a idade limite em poucos dias, o que demonstra ser o critério ofensivo à igualdade.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

32.

243

Por fim, requer o embargante sejam sanadas as omissões e contradições apontadas e as exigências do pré-questionamento explícito.

É o essencial a relatar.

Recife,

Des. Tenório dos Santos

Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

33
244

SEGUNDO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Embargos de Declaração nº 182.373-2/02 – Recife

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: Maria Cláudia Junqueira

Embargado: Agripino Félix de Araújo Neto e outros

Advogado: Ana Patrícia Vieira de Almeida

Relator: Des. Francisco-Manoel Tenório dos Santos

VOTO

Insurge-se a Embargante contra o v. acórdão de fls. 162/163 dos autos do Mandado de Segurança em apenso, cujo teor é o seguinte:

"EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DE MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. CONCESSÃO. CONCURSO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR. CURSO DE FORMAÇÃO. LIMITE DE IDADE PARA INGRESSO NA CARREIRA. PREVISÃO NO EDITAL. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL EM LEI EM SENTIDO FORMAL. AGRAVO REGIMENTAL PENDENTE DE JULGAMENTO. PREJUDICADO PELA FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. SEGURANÇA CONCEDIDA POR MAIORIA DE VOTOS. 1. Observo que o dispositivo que estabelecia o limite de idade para ingresso na carreira militar estadual de Pernambuco, não estava previsto em lei no seu sentido formal até a edição da Lei Complementar nº 108 de 14.05.2008, mas apenas no regulamento disciplinador do concurso que fora publicado antes da edição da referida lei, de forma que, resta patente a irregularidade da referida restrição etária. 2. Nesse sentido, importa ressaltar que a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que é legal a exigência editalícia que fixa limites de idade para o ingresso nas fileiras militares, desde que tal exigência possua previsão em legislação



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

34.
245

específica. 3. O Agravo regimental interposto pela autoridade impetrada e pendente de julgamento, perde seu objeto ante o julgamento do mandado de segurança, devendo ser extinto sem resolução de mérito por falta de interesse processual superveniente com base no art. 267, inciso VI, do CPC. 4. Segurança concedida por maioria de votos. Vistos, relatados e discutidos estes autos do Mandado de Segurança, nº 182.373-2, em que são Impetrantes Agripino Felix de Araújo Neto e outros, e, Impetrado o Comendante Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, ACORDAM os Desembargadores que compõem o 2º Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco em CONCEDER a segurança, por maioria de votos, confirmando os exatos termos da liminar de fls. 128/131, bem como o benefício da justiça gratuita concedida no voto, e, em relação ao Agravo Regimental interposto e autuado em apenso, determina-se a perda de seu objeto ante o julgamento do presente mandamus, pelo que deve o mesmo ser extinto sem resolução de mérito por falta de interesse processual superveniente com base no art. 267, inciso VI, do CPC, tudo na conformidade do relatório, do voto, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado. Recife, 10/11/2009. Des. Tenório dos Santos. Relator"

Em que pesem os argumentos expostos, observo do acórdão transcrito que não assiste razão ao Embargante, posto que todas as matérias levantadas como omissas e contraditórias nos embargos foram discutidas no voto do acórdão acima transcrito.

É sabido que os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo. Em regra, não possui os embargos de declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

35

246

verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

Dessa forma, nota-se a inadmissibilidade de utilização da via dos embargos com propósito único de pré-questionamento ou de rediscutir matéria já enfrentada pelo órgão jurisdicional, como no caso dos autos.

Contudo, apesar do assunto já ter sido vastamente discutido no julgamento embargado, ressalto alguns aspectos relevantes abaixo:

O art. 10 da Lei nº 6.783/74 não investe em legalidade o edital do concurso para o Curso de Formação de Soldados e Bombeiros da PMPE, pois o mesmo não determina qualquer limite etário, mas simplesmente afirma que o ingresso na carreira militar deve observar as condições prescritas em lei e nos regulamentos da Corporação.

Assim, verifico que se o Estatuto dos Militares do Estado de Pernambuco (Lei Estadual nº 6.83/1974) não estabelece limite máximo de idade para o ingresso na carreira militar, tal restrição etária só poderia ser feita por lei e não através de Decreto ou Edital de Concurso, que não tem natureza de lei.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

26
247

Assim, observo que o dispositivo que estabelece o limite de idade para ingresso na carreira militar estadual de Pernambuco, não está previsto em lei no seu sentido formal, mas apenas no regulamento disciplinador do concurso, de forma que, resta patente a irregularidade da referida restrição etária.

Do exposto acima, percebe-se que a alegada omissão é descabida, pois na decisão embargada houve apreciação da questão litigiosa, de acordo com o que se regeu concernente ao conflito.

Em relação à alegada contradição do julgado, que segundo o embargante somente considera como prejudicado aquele candidato que teria superado a idade limite recentemente em detrimento daqueles que já a teriam superado a dez anos, não merece guarida este argumento.

O que o julgado afirma é que aqueles que tenham se inscrito no concurso com a idade limite de trinta anos não podem ser prejudicados, isto porque a restrição etária somente estaria determinada em lei em sentido formal no que tange à inscrição do candidato para o processo seletivo e não quando da matrícula no curso de formação, como reza o Edital do certame.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

34
✓
248

Assim, não há que se falar privilégio de uns em detrimento de outros, pois o critério admitido no voto é claro e válido para todos, e, portanto, não viola o princípio da igualdade.

Ademais, quanto à alegação para que sejam declarados explicitamente os dispositivos levantados pelo embargante, tenho que não merece respaldo, uma vez que o julgador não está obrigado a fazer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando aspectos pertinentes ao tema e a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

Ressalto que para fins de pré-questionamento, erigido a requisito de admissibilidade dos recursos dirigidos aos Tribunais Superiores, é necessário apenas que a matéria versada nos autos tenha sido apreciada e decidida pela Corte Local, não havendo qualquer exigência que o acórdão embargado disserte ou faça referência expressa a dispositivos legais ou constitucionais invocados pela embargante, bastando que o Órgão Julgador tenha exposto de forma clara e coerente, a motivação que o conduziu ao resultado do julgamento.

Nesse diapasão, destaco que quando a matéria já foi decidida e suficientemente fundamentada, não se configura qualquer das hipóteses descritas no art. 535 do CPC, e inviável é a pretensão de pré-



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

questionamento, ainda mais explícito. Este é o entendimento pacífico e atual do STJ, como se percebe dos arestos transcritos a seguir:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - INEXISTÊNCIA - EFEITOS MODIFICATIVOS - EXCEPCIONALIDADE - IMPOSSIBILIDADE NA ESPÉCIE - PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL - IMPOSSIBILIDADE - PEDIDO DE SUSPENSÃO DO FEITO INDEFERIDO - EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

Os embargos de declaração constituem a via adequada para sanar omissões, contradições, obscuridades ou erros materiais do decisório embargado, admitida a atribuição de efeitos infringentes apenas quando esses vícios sejam de tal monta que a sua correção necessariamente infirme as premissas do julgado. Impõe-se o não acolhimento dos embargos de declaração que, à guisa de omissão, têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto, consoante jurisprudência do STJ. (...)

(EDcl no AgRg no CC 97.366/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA; SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/09/2009, DJe 06/10/2009)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. REITERAÇÃO MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIA. ELEVÇÃO DA MULTA DO ART. 538. PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. (...)

2. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos embargos de declaração, imperiosa é sua rejeição, cabendo ainda a imposição de multa, até mesmo em seu primeiro manejo, desde que constatada a finalidade procrastinatória.

3. Os embargos de declaração não se prestam ao prequestionamento explícito de dispositivos constitucionais para a abertura da via extraordinária, sob o risco de incorrer em usurpação da competência confiada por excelência ao Supremo Tribunal Federal. (...)

(EDcl nos EDcl no AgRg no Ag 718.441/MT, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 22/09/2009, DJe 08/10/2009)



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

34
250

A conclusão é a de que estando devidamente fundamentada a decisão embargada, inexistente a omissão apontada. Ademais, guarde a coerência a decisão colegiada embargada, de modo que é descabida a pretensão de pré-questionamento de matéria já ventilada.

A intenção de rediscutir matéria já decidida no julgamento do *mandamus*, inclusive, repilo novamente, não se coaduna com a finalidade dos embargos de declaração, principalmente quando se trata de pré-questionar artigos de forma genérica, como faz o embargante em sua peça de embargos.

Como se vê, não há qualquer omissão a ser sanada, muito ao revés, todas as matérias contidas nos dispositivos indicados por violados foram sobejamente abordadas e discutidas pelo Grupo de Câmaras, pelo que conheço dos embargos, mas nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 03/02/2010

Des. Tenório dos Santos
Relator